



ESTADO DE SERGIPE

ARACAJU, DOMINGO 10 E SEGUNDA-FEIRA 11 DE MARÇO DE 2013

B-5 ÇÃO

JORNAL DA CIDADE

CIDADES

Jadilson Simões



VIOLÊNCIA deve ser analisada sob diversos ângulos e não só das armas, diz o secretário adjunto de Segurança Pública, João Batista

Pesquisa de uma ONG mexicana não pode ser usada como base para o desarmamento, diz SSP

Matheus Oliveira
DA EQUIPE JC

Levantamento que apontou as 50 cidades mais violentas do mundo, realizado pela ONG mexicana Conselho Cidadão para Segurança Pública, concluiu que países com políticas de restrição às armas de fogo têm índices de violência maiores do que os outros. “Isso é muito difícil de responder de forma simples. A violência tem vários ângulos, outras variáveis além dessa que você me apresentou. O debate não é usar ou não usar arma. Isso é simplório, até infantil.

De qualquer modo, a legislação de nosso Estado permite que o policial apreenda a arma não registrada de qualquer meliante”, disse o secretário adjunto de Segurança Pública do Estado de Sergipe, João Batista.

Batista disse que a Secretaria de Segurança Pública (SSP) tem combatido “de forma incessante” o porte ilegal. “Todo ano, aumentamos a quantidade de apreensões. Mas não há queda no número de homicídios na mesma proporção. O problema não é só a arma. É a cultura de um povo que se arma para se defender, mas que aumenta o risco para si e os demais. Outro problema é de onde vêm as armas ilegais”, falou.

O secretário reforça o argumento anterior ao comparar o contexto norte-americano com o brasileiro. “Nos Estados Unidos, a Constituição permite o fácil acesso a armas de fogo. O americano tem, desde a colonização de seu país, essa cultura. No Brasil, não é assim, mas o índice de violência dos Estados Unidos é muito inferior ao nosso”, frisou.

Estudo: arma de fogo não causa violência

O crime compensa

O ponto central da questão da violência é a legislação penal frouxa. “Para o bandido, é indiferente se a arma dele é ilegal ou não. O que ele quer é um objeto para perpetrar seus crimes. Acredito que uma pena maior para pessoas com arma de fogo ilegal ajudaria. Mas veja o nosso sistema. Os irmãos Cravinhos foram condenados a mais de 30 anos de prisão por um crime hediondo contra um cidadão de bem e já estão no regime aberto”, disse.

O Brasil precisaria de uma reforma legislativa na parte penal. Batista cita o caso de Gil Rugai que, após nove anos, foi declarado culpado de ter assassinado o pai e a madrasta e ainda pôde recorrer em liberdade. “O ponto é a impunidade. O ideal é que, em se cometendo um crime, a pessoa vai ser apenada por meio de um processo eficiente. O que ocorre é que crime, no Brasil, compensa, pois o

cara pega 30 anos e fica cinco ou seis”, frisou.

A polícia investiga, o Judiciário prende, o sistema legal solta. Essa frase corriqueira também foi proferida pelo secretário adjunto. “Veja o assassinato do deputado federal Joaldo Barbosa. Houve investigação, prisão, mas eu pergunto: alguém ainda está preso? O fato é que bandido não tem medo da cadeia. Qualquer advogadozinho usa dos inúmeros recursos, das formas de burlar a lei, e logo o bandido sai e comete outro crime. Pode ver, até daria uma boa matéria investigativa isso, que qualquer crime complexo em Sergipe tem um ex-presidiário no meio”, disse.

Ele defende, dessa forma, um Código Penal “duríssimo” em casos de reincidência. “Nos Estados Unidos, a criminalidade é menor, pois existe a certeza da condenação e da prisão. Falta isso no Brasil. Além do mais, tem casos em que não cabe ressocialização. Veja o assassino de um escrivão da polícia civil de Sergipe. Matou o policial de forma fria há uns três anos. Foi liberado no Dia das Mães e não voltou. Por que será? Não volta mesmo! Foi implicado há pouco em um assalto em Alagoas”, disse.

Para ele, algumas pessoas merecem ser segregadas. Ressocialização caberia para crimes de menor potencial ofensivo, mas não para latrocínios ou delitos envolvendo drogas.

“Nosso problema é que não sabemos qual modelo adotar. Não adianta adotar o modelo da Noruega que não vai pegar aqui. O país é menor do que Sergipe, de alta escolaridade, não dá pra comparar. Agora, veja países do porte do nosso, como China, Índia e Estados Unidos. Como o nosso, são continentais e de diferenças sociais gritantes. Os códigos penais deles são duros!”.

João Batista cita cinco elementos do sistema criminal: a polícia, o sistema prisional, o Ministério Público, o Judiciário e o Legislativo. “O problema está nas leis. O Brasil tem que saber o que quer. Veja a menoridade penal. Não se chega nunca a um consenso. O jovem pode votar, decidir o destino da nação, mas não pode ser preso [em caso de crimes graves]. Temos, antes, que resolver essa crise de identidade”.

Segundo o secretário adjunto, cabe ao Poder Legislativo se definir e decidir, sem vacilos, por um novo paradigma penal. “Hoje em dia, a polícia não faz mais o trabalho sujo pra ninguém. Seguimos as leis. Mas os mecanismos que elas oferecem fazem com que nosso trabalho se resuma a enxugar gelo”, frisou.